



TRAMA GOLPISTA

Supremo aciona STM para perda de patentes

Superior Tribunal Militar decidirá, no ano que vem, se condenados por tentativa de derrubar a democracia poderão ou não manter posto nas Forças Armadas

» VINICIUS DORIA

O ex-presidente Jair Bolsonaro e altos oficiais das Forças Armadas condenados na trama golpista terão outra frente de batalha, desta vez na Justiça Militar. O Superior Tribunal Militar (STM) foi informado oficialmente, ontem, da condenação do grupo pelo Supremo Tribunal Federal (STF), primeira etapa para iniciar o processo legal de perda das respectivas **patentes**.

Além de Bolsonaro, vão responder a ação no STM o ex-ministro da Casa Civil general Walter Braga Netto, o ex-ministro da Defesa general Paulo Sérgio Nogueira, o ex-ministro do Gabinete de Segurança Institucional (GSI) general Augusto Heleno, e o ex-comandante da Marinha almirante Almir Garnier.

Em nota, o STM informou que "os ofícios (do STF) serão encaminhados à Procuradoria-Geral da Justiça Militar" para análise. "Eventuais representações por Indignidade ou Incompatibilidade para o Oficialato são de exclusiva iniciativa do Ministério Público Militar (MPM). A partir desta eventual provocação, o STM se pronunciará", declarou a Corte.

O STM, porém, não tem poder para revisar as condenações criminais da Primeira Turma do Supremo. "Cabe à Corte Militar decidir apenas sobre a idoneidade e dignidade do oficial, não reavaliando o mérito de condenação já proferida", explicou a assessoria do tribunal.

Como o recesso do Judiciário começa em 19 de dezembro, o julgamento só ocorrerá no ano que vem. O STM é formado por 15



General da reserva, Braga Netto, preso no Rio, é um dos que vão enfrentar julgamento no STM

86% de condenações

De 2018 para cá, o STM concluiu 94 processos de indignidade ou incompatibilidade para o Oficialato, média de 11 casos por ano. Em 81 casos (86%), os militares perderam a patente. A maior parte dos condenados é do Exército (62), seguido por oficiais da Aeronáutica (16) e da Marinha (16). Só neste ano, a Corte avaliou 14 casos — três estão em fase final de julgamento com maioria já consolidada pela condenação.

ministros, sendo 10 militares e cinco civis, mas a presidente, ministra Maria Elizabeth Rocha, só vota em caso de empate e, mesmo assim, com voto pró réu, como prevê o Regimento do tribunal.

A ação de indignidade contra os militares condenados é vista pela Corte como "medida de relevância para a carreira militar, destinada a proteger a honra, a disciplina e a hierarquia das Forças Armadas, assegurando, em equilíbrio, a dignidade da farda e os direitos fundamentais dos militares".

Representações por indignidade ou incompatibilidade para o

Oficialato estão previstas no Artigo 142 da Constituição Brasileira e alcançam qualquer militar da ativa ou da reserva que tenha sido condenado a mais de dois anos de cadeia.

Apenas o tenente-coronel Mauro Cid, ex-ajudante de ordens de Bolsonaro e réu colaborador da ação penal, deve ter sua patente mantida. Como resultado da delação premiada, negociada com a Procuradoria-Geral da República (PGR), ele foi condenado na Primeira Turma do STF a dois anos de reclusão em regime aberto, o que deve livrá-lo de um processo de perda de patente pela Corte Militar.

Diagnóstico de Alzheimer

» DARCIANNE DIOGO

Condenado a 21 anos de prisão por envolvimento na trama golpista, o general Augusto Heleno, ministro do Gabinete de Segurança Institucional (GSI) no governo de Jair Bolsonaro (PL), tem diagnóstico de Alzheimer. O *Correio* teve acesso a documentos médicos que indicam a doença.

Os relatórios reúnem testes cognitivos, exames e descrição do quadro clínico atual. O material deve embasar o pedido da defesa para progressão ao regime domiciliar.

Heleno e o general Paulo Sérgio Nogueira foram presos na terça-feira e encaminhados para o Comando Militar do Planalto.

O diagnóstico de Alzheimer teria sido identificado, ao menos, desde 2022, conforme o relatório. Heleno foi submetido ao chamado biomarcadores do líquor, utilizado na investigação de doenças do sistema nervoso central. Ele passou por uma ressonância



Heleno foi condenado a 21 anos, mas defesa espera obter domiciliar

magnética de crânio, que apontou uma atrofia e pequenos derrames cerebrais; e fez uma avaliação neuropsicológica. O resultado: Alzheimer em estágio inicial.

A evolução clínica indica progressão dos sintomas. Os

documentos detalham as consultas, remédios e testes aplicados. A equipe de profissionais elaborou um material voltado a descrever as condições mental, física e funcional do militar. Entre as queixas estão dificuldade para lembrar nomes

e datas importantes, falas repetitivas e perda da capacidade crítica.

O teste MoCA refere-se à Avaliação Cognitiva de Montreal e detecta o comprometimento cognitivo leve e sinais precoces de demência. Foi um dos exames usados. No aspecto mental, a conclusão foi de prejuízo de análise crítica e de funções como memória, linguagem e orientação.

Heleno não consegue administrar medicação sozinho, não retém conversas recentes, tem dificuldade para aprender novas tarefas ou lidar com tecnologias e precisa de supervisão para os cuidados pessoais, como de higiene — ressaltam os documentos.

A conclusão dos laudos é que o isolamento no cárcere agravará o quadro clínico. No rolo dos documentos anexados, há vídeos dos testes feitos. Em um deles, Heleno é testado a dar o troco de uma certa quantia, mas não consegue. A reportagem tentou contato com a defesa de Heleno, mas não obteve retorno até o fechamento desta edição.

**TERRA DE OPORTUNIDADES
QUE CRESCE SEM PARAR.
E o nosso orgulho cresce junto.**

Para cada brasileiro,

**o NORDESTE
inteiro.**

Há 73 anos, o Banco do Nordeste transforma a região no campo e na cidade, investindo em inovação, infraestrutura e sustentabilidade, para que o Nordeste mostre suas forças cada vez mais.



Conheça novas
possibilidades.



@BancodoNordeste
f i s n



GOVERNO DO
BRAZIL
DO LADO DO Povo BRASILEIRO

73 anos
Banco do
Nordeste

Banco do
Nordeste

BRAZIL
DO LADO DO Povo BRASILEIRO

NAS ENTRELINHAS

Por Luiz Carlos Azedo



luizacedo.df@dab.com.br

A fábula darwinista, a crise com o Congresso e os riscos que Lula corre

Richard Dawkins, em *O Gene Egoísta* — ao qual recorri ao falar sobre a "sombra de futuro" dos presidenciáveis no domingo passado —, apresenta uma metáfora poderosa para entender a dinâmica da cooperação política: a fábula dos pássaros infestados por um parasita perigoso. Sozinhos, eles conseguem limpar parte de suas penas, mas há regiões inacessíveis ao próprio bico, de modo que a sobrevivência da espécie depende de um pacto tácito de cooperação: um pássaro dedicado tempo a remover o piolho do outro, esperando ser ajudado depois.

No entanto, em toda comunidade, sempre existe a tentação de trapacear: receber o favor sem retribuir. A comunidade prospera quando a reciprocidade funciona; entra em colapso quando o número de trapaceiros supera o de cooperadores. Esse dilema, que Dawkins utiliza para explicar a evolução do comportamento social, aplica-se com precisão ao funcionamento do sistema político brasileiro, em que coalizões, lideranças partidárias e o Executivo operam segundo um delicado equilíbrio entre benefício mútuo e oportunismo. Na fábula darwinista, o sistema só funciona quando existe um terceiro grupo de pássaros, que promove uma cooperação seletiva: não catam piolhos dos trapaceiros.

O governo Lula, em sua terceira gestão, vive justamente um momento em que o ecossistema da cooperação começa a ser tensionado pelo avanço dos "pássaros trapaceiros". A indicação de Jorge Messias para o Supremo Tribunal Federal, contrariando o presidente do Senado, Davi Alcolumbre, rompeu uma expectativa de reciprocidade construída ao longo de meses. Na lógica do Congresso, em que cada gesto tem conteúdo acumulativo, a recusa a um acordo é interpretada como convite ao aumento do custo da cooperação.

Alcolumbre e parte do Senado reagiram elevando o preço político do alinhamento, enquanto a Câmara dos Deputados, liderada por Hugo Motta, aproveitou a fragilidade momentânea do Planalto para ampliar sua agenda própria, especialmente no campo da segurança pública, que se tornou o principal eixo de disputa com o Executivo. Essa é uma forma de atuação bem conhecida do Centrão, que contingencia a sustentação política do governo ao trocar apoio por mais e mais cargos, por mais e mais emendas, por mais e mais benesses.

É uma regra de jogo de alto risco para a democracia, no contexto da radicalização política e de aproximação das eleições de 2026. O fato é que a prisão de Jair Bolsonaro, comemorada pelos governistas, mudou abruptamente o ambiente político, numa tensa contraposição entre a oposição mobilizada emocionalmente e um governo obrigado a reagir com cautela para evitar a narrativa de perseguição.

Semipresidencialismo

O Planalto não é o responsável direto pela condenação e prisão do ex-presidente da República, bem como dos demais réus no julgamento da tentativa de golpe de Estado de 8 de janeiro de 2023, entre os quais três generais de quatro estrelas e um almirante de esquadra. Entretanto, a oposição tenta capitalizar o fato para impor suas pautas ao Congresso, pressionar os parlamentares do Centrão e reabrir discussões como a proposta de anistia e projetos que limitam a atuação da Polícia Federal.

Diante da vulnerabilidade do Executivo, o Congresso é seduzido por comportamentos de traça estratégica, com atores que querem receber benefícios institucionais sem oferecer estabilidade política e que passam a impor derrotas simbólicas como forma de testar os limites do governo.

Essa dinâmica não é inédita na história brasileira. Remete-nos à crise vivida pelo governo João Goulart entre 1962 e 1964. Jango perdeu o Congresso antes de perder o poder, e esse é o aspecto mais instrutivo para compreender o momento atual. Desde a redemocratização, dois presidentes perderam sustentação política e foram apelados do poder pelo Congresso: Fernando Collor e Dilma Rousseff.

No governo Jango, havia um ambiente altamente polarizado, dividido entre forças conservadoras, setores reformistas, grupos militares e interesses econômicos em choque. À medida que o governo avançava suas propostas de reformas de base, o Congresso se fragmentava, aumentando custos para o Executivo e promovendo obstruções sistemáticas. A erosão da governabilidade não começou com tanques nas ruas, mas com a progressiva recusa parlamentar em cooperar, mesmo em temas de funcionamento mínimo do Estado.

O ambiente de 1964 era radicalizado, com tensões militares, crise econômica, disputa ideológica global e mobilização social crescente, mas a luta institucional permanece: quando o Congresso percebe que o Executivo perdeu capacidade de disciplinar sua base, o sistema migra para o comportamento oportunista. No caso de hoje, não há um cenário de ruptura militar clássica, muito pelo contrário, nem há consenso internacional para desestabilização, mas existe um risco real: o semipresidencialismo informal empurra o Executivo para a irrelevância decisória e tenta transformar o presidente da República em rainha da Inglaterra, ao controlar sua agenda e seu orçamento.

Disputas pela bandeira da segurança, tensões em torno do STF, ofensivas sobre o orçamento, CPIs ameaçadoras e mobilizações da oposição fazem parte da democracia, porém têm também o poder de desestabilizar a governabilidade, a partir de uma crise disruptiva entre Executivo e Congresso. Essa erosão se dá sem tanques, mas com regras regimentais, bloqueios políticos, aumento de custos de barganha e tentativas de impor pautas-bombas e instalar o caos.